



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006892-51.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **LUCAS OLIVEIRA LAZARINI**
 Requerido: **SCW TELECOM LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Alguns aspectos fáticos do caso trazido à colação são incontroversos.

Nesse sentido, é certo que as partes celebraram contrato de prestação de serviços por meio do qual a ré viabilizaria o acesso do autor à rede mundial de computadores via rádio.

É certo ainda que tal contrato foi rescindido em decorrência da mudança de endereço do autor para local onde não se conectava o sinal do rádio, mas os equipamentos cedidos a ele a título de comodato para a implementação dos serviços não foram devolvidos à ré.

Foi ajustado dia para que essa devolução sucedesse, o que entretanto não aconteceu.

Diante desse cenário, a ré emitiu duplicata com o valor correspondente ao dos aludidos equipamentos, tendo a mesma sido protestada.

O autor atribuiu à ré a responsabilidade pelos fatos que desaguaram na emissão daquela duplicata.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Salientou que na data aprazada entregou aos funcionários da ré os equipamentos internos relativos aos serviços avençados e que os externos não foram retirados porque eles não dispunham de escada para tanto.

Em consequência, e por já ter compromissos agendados, deixou com o porteiro do condomínio a autorização para que os funcionários da ré em retornando com a escada pudessem dirigir-se à casa onde morava para a retirada dos equipamentos externos, acreditando que a situação tivesse sido resolvida.

Assinalo de início que o autor não demonstrou os fatos constitutivos de seu direito.

Instado a esclarecer se desejava aprofundar a dilação probatória (fl. 78), afirmou que não (fl. 81), de sorte que sua explicação quanto à dinâmica do evento em apreço não restou respaldada por provas consistentes.

Todavia, mesmo que tal explicação se admitisse como verdadeira, isso não afetaria a certeza de que objetivamente a devolução dos equipamentos disponibilizados ao autor não ocorreu.

Cabia ao autor viabilizar essa devolução e diante do impasse criado na esteira do que asseverou era dele a responsabilidade em verificar se a retirada efetivamente se teria ultimado.

Como não o fez, abriu-se à ré a possibilidade de emissão de duplicata no importe do valor dos equipamentos, conforme previsão da cláusula 38 do contrato firmado entre as partes (fl. 09).

É relevante notar que este Juízo buscou por mais de uma vez a composição amigável do litígio, inclusive designando audiência específica para isso, mas a solução não se deu pela ausência do autor ao ato (fl. 100).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida e ao acolhimento do pedido contraposto.

A importância cristalizada na duplicata emitida pela ré é exigível do autor por força da não entrega dos equipamentos que ele recebeu em comodato da mesma, de sorte que o seu protesto não se revestiu de irregularidade.

Outrossim, a condenação do autor ao pagamento de tal montante é de rigor, pendente de cumprimento a obrigação que lhe tocava contratualmente prevista.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE a ação e PROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar o autor a pagar à ré a quantia de R\$ 1.020,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento do pedido contraposto, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso o autor não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno sem efeito a decisão de fls. 22/23, item 1, oficiando-se.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**